



Mensagem da Administração

Conforme estabelecido no plano de Recuperação Judicial da MMX Sudeste Mineração S/A - em recuperação judicial ("MMX Sudeste"), em 28 de outubro de 2016, foi concluído o processo de venda dos ativos de Mineração reunidos na UPI Mina. A alienação desses ativos teve grande importância pois, de um lado, proporcionou parte do pagamento das dívidas contraídas junto aos credores quirografários e, de outro, demonstrou a viabilidade de seu plano de recuperação judicial, representando o cumprimento de mais uma etapa do processo de reestruturação da MMX.

Devido à concretização da venda acima, o resultado do ano de 2016 foi positivo em cerca de R\$ 413 milhões. Importante destacar que este é um resultado contábil originado pela baixa de ativos e passivos da MMX Sudeste. Como a Companhia já havia efetuado *impairment* da maioria dos seus ativos envolvidos na transação, e, portanto, as baixas destes tiveram efeito zero no resultado, o total contábil desta operação foi positivo em R\$ 636 milhões. Caso contrário o resultado da transação seria negativo em R\$ 277 milhões.

A Companhia está comprometida com a alienação dos demais ativos previstos no plano de recuperação judicial da MMX Sudeste, mais especificamente, das UPIs Fazendas e Terminais, cujos efeitos poderão ocorrer ainda em 2017.

Adicionalmente, em novembro de 2016 a Companhia e a sua controlada MMX Corumbá Mineração S.A. - em recuperação judicial ("MMX Corumbá") ajuizaram também pedido de Recuperação Judicial. Esta medida é mais um passo no processo de reestruturação da MMX. O pedido foi deferido e o plano de Recuperação Judicial foi apresentado em 23 de março último.

A Continuidade da Companhia

O Plano de Reestruturação iniciado em 2014 e que acabou culminando nos dois processos de Recuperação Judicial supracitados, vem sendo enfrentados pela cia com muito trabalho e



dedicação de sua equipe. Constante redução de custos e busca por alternativas de receitas vem sendo uma tarefa diária de toda equipe. Esta reestruturação tem como objetivo último a preservação da atividade desenvolvida pela Companhia, ou seja, a mineração. Busca-se, portanto, redimensionar a Companhia para que esta possa prosseguir como unidade econômica e, por conseguinte, possa voltar a gerar mais empregos, impostos e tributos. Isto é, objetiva-se que, após a devida reorganização financeira e societária, a mesma possa retornar como uma empresa sólida, ainda que de porte inferior ao seu projeto inicial. Para tanto, faz-se necessário que retenha determinados bens e ativos essenciais à viabilização de uma estrutura, ainda que mínima, para o desenvolvimento de sua atividade econômica. Nesse contexto, a Companhia pretende manter os seguintes ativos a permitir a sua alavancagem: (i) Participação Societária na MMX Sudeste, notadamente o projeto greenfield de Bom Sucesso; (ii) Participação Indireta na Mineração Morro do Ipê S.A. (Serra Azul); e (iii) Direitos Minerários da MMX Corumbá Mineração

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MMX Mineração e Metálicos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da MMX Mineração e Metálicos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Não expressamos uma opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, pois devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas" não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Plano de recuperação judicial, valor recuperável de ativos e continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em 16 de outubro de 2014, a subsidiária MMX Sudeste Mineração S.A. ajuizou na Comarca da Capital do Estado de Minas Gerais pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101/05, o qual foi deferido em 22 de outubro de 2014, conforme decisão da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte. Em 19 de dezembro de 2014, a referida subsidiária apresentou o seu plano de recuperação com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudos econômico-financeiros e de avaliação dos ativos da mesma. O plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores em 28 de agosto de 2015 e homologado em 23 de setembro de 2015 pelo Juiz da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte. Em 28 de outubro de 2016 foi concluída a alienação de parte de determinados ativos conforme previsto no plano de recuperação judicial. Entretanto, a controlada MMX Sudeste Mineração S.A. não remensurou, até a presente data, todos os possíveis efeitos do seu plano de recuperação judicial, em especial sobre o restante dos ativos ainda não alienados (UPI Fazendas e UPI Terminais) tendo em vista a dependência de eventos futuros, tais como a venda dos mesmos, que podem ou não ocorrer.

Conforme também mencionado na Nota Explicativa nº 1, em 25 de novembro de 2016 a Companhia e sua controlada MMX Corumbá Mineração S.A. ajuizaram na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, o qual foi deferido em 19 de dezembro de 2016, conforme decisão da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Em 23 de março de 2017, a Companhia e sua controlada MMX Corumbá Mineração S.A. apresentaram seus planos de recuperação com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudos econômico-financeiros e de avaliação dos seus respectivos ativos. Entretanto, a Companhia e sua controlada MMX Corumbá Mineração S.A. não remensuraram, até a presente data, todos os possíveis efeitos decorrentes dos seus respectivos planos de recuperação judicial para fins de ajuste aos seus valores realizáveis, tendo em vista inclusive a dependência dos eventos futuros acima mencionados, o que pode afetar de maneira significativa a definição dos seus valores.

Conforme mencionado na Nota Explicativa N°1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou prejuízos acumulados, individual e consolidado de R\$ 5.793.668, o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante individual e consolidado em R\$590.380 mil e R\$ 458.820 mil, respectivamente, e apresentou patrimônio líquido negativo, individual e consolidado, de R\$ 473.429 mil e R\$ 473.432 mil, respectivamente. Para reverter esta situação, a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende do sucesso da conclusão dos seus respectivos planos de recuperação judicial, além da necessidade do aporte de recursos de novos investidores para continuar os projetos que permanecerão no portfólio das controladas.

Em decorrência dos assuntos acima, não foi possível concluirmos sobre a necessidade de efetuar ajustes adicionais em relação aos saldos dos ativos da Companhia e suas controladas para fins de realização aos seus valores recuperáveis, bem como nos elementos componentes das demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa caso essas demonstrações contábeis não fossem preparadas considerando esse pressuposto.

2. Controles internos com fraquezas significativas

A Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas demonstrações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados de segregação de funções que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas como um todo, análise do impacto do processo de recuperação judicial de suas controladas nas respectivas demonstrações financeiras, principalmente no que tange a apresentação e mensuração de ativos não circulantes disponíveis para venda, e análise para realização de valores a receber de partes relacionadas.

3. Retificação de erros de exercícios anteriores

Durante o exercício de 2016, a Companhia e suas controladas registraram ajustes decorrentes de retificação de erros relacionados a exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, de modo que os prejuízos acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi reduzido em R\$152.093 mil nas demonstrações contábeis individuais e R\$152.092 mil nas demonstrações contábeis consolidadas. De acordo com o CPC 23 Políticas Contábeis Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros e IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, tais ajustes deveriam ter sido efetuados de maneira retrospectiva.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos também contratados para examinar as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, acima referidas.

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiu relatório com abstenção de opinião datado de 30 de março de 2016, com ressalvas descritas na seção "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", exceto quanto ao assunto da recuperação judicial da Companhia e de sua subsidiária MMX Corumbá Mineração S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Belo Horizonte, 24 de março de 2017.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	11	1.257	3.571	1.410
Estoques	5	-	-	31	32
Impostos a recuperar	6	2.988	4.557	16.631	5.218
Depósitos vinculados		-	-	8.603	-
Ativos não circulantes mantidos para venda	7	-	-	78.252	312.077
Outros créditos		497	685	1.938	696
		<u>3.496</u>	<u>6.499</u>	<u>109.026</u>	<u>319.433</u>
Não circulante					
Partes relacionadas	11				
Contas a receber partes relacionadas		86.619	87.121	-	83
Empréstimos concedidos partes relacionadas		32.575	51.297	-	-
Impostos a recuperar	6	22.173	25.863	30.990	29.103
Depósitos judiciais		658	370	13.071	420
Investimentos	8	11.305	197.209	9.817	-
Imobilizado	9	1.595	4.517	1.595	4.517
Títulos de remuneração variável (Port11)		21.687	51.715	21.687	51.715
Outros créditos		-	100	-	100
		<u>176.612</u>	<u>418.192</u>	<u>77.160</u>	<u>85.938</u>
		<u>180.108</u>	<u>424.691</u>	<u>186.186</u>	<u>405.371</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Fornecedores		13.547	18.336	45.925	18.398
Empréstimos e financiamentos	12	133.075	4.829	133.532	4.829
Impostos e contribuições a recolher	13	4.752	3.573	11.505	7.074
Salários e remunerações		106	764	303	770
Obrigações com aquisições de investimentos		28.640	6.012	28.640	6.012
Partes relacionadas					
Empréstimos obtidos partes relacionadas	11	63.949	49.895	13.059	11.543
Outras valores a pagar com partes relacionadas		502	502	-	-
Provisão para investimento com patrimônio líquido negativo		126.852	798.360	-	-
Passivos relacionados com os ativos não circulantes mantidos para venda	7	-	-	50.510	812.917
Obrigações com terceiros		222.453	20.646	284.372	20.688
		<u>593.876</u>	<u>902.917</u>	<u>567.846</u>	<u>882.231</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	146.241	-	146.241
Impostos e contribuições a recolher	13	-	-	82	82
Obrigações com aquisições de investimentos		37.602	57.600	37.602	57.600
Provisão para litígios e demandas judiciais	14	372	373	22.242	1.663
Títulos de remuneração variável - MMX M11	16	21.687	51.715	21.687	51.715
Outras obrigações		-	-	10.159	-
		<u>59.661</u>	<u>255.929</u>	<u>91.772</u>	<u>257.301</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	18a	5.404.850	5.404.850	5.404.850	5.404.850
(-) Custo na emissão de ações	18b	(48.329)	(48.329)	(48.329)	(48.329)
Reservas de capital	18c	58.688	58.688	58.688	58.688
Ajustes acumulados de conversão		5	5	5	5
Transações de capital		(94.975)	(94.891)	(94.975)	(94.891)
Prejuízos acumulados		(5.793.668)	(6.054.478)	(5.793.668)	(6.054.478)
Atribuído a participação dos acionistas controladores		(473.429)	(734.155)	(473.429)	(734.155)
Participações de acionistas não controladores		-	-	(3)	(6)
Total patrimônio líquido		<u>(473.429)</u>	<u>(734.155)</u>	<u>(473.432)</u>	<u>(734.161)</u>
		<u>180.108</u>	<u>424.691</u>	<u>186.186</u>	<u>405.371</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita de venda de bens e/ou serviços	19	-	-	2.723	367
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	19	-	-	(10.244)	(859)
Resultado do bruto		-	-	(7.521)	(492)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas e distribuição	19	-	-	4	53.112
Despesas administrativas	19	(16.511)	(23.806)	(64.824)	(67.729)
Despesas com opções de ações outorgadas		-	1.941	-	1.941
Resultado de equivalência patrimonial	8	(91.019)	(189.446)	-	(367)
Provisão para patrimônio líquido investida negativo	8	671.508	346.005	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(168.550)	35.771	484.165	217.413
		395.428	170.465	419.345	204.370
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		395.428	170.465	411.824	203.878
Resultado financeiro	19				
Receitas financeiras		39.016	8.881	84.273	52.140
Despesas financeiras		(19.582)	(83.380)	(80.503)	(158.957)
		19.434	(74.499)	3.770	(106.817)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		414.862	95.966	415.594	97.061
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.959)	-	(2.773)	(990)
Resultado líquido das operações em continuidade		412.903	95.966	412.821	96.071
Lucro do período		412.903	95.966	412.821	96.071
Atribuído aos acionistas controladores		412.903	95.966	412.903	95.966
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(82)	105
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)		63,64103	0,59163	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro do período		412.903	95.966	412.821	96.071
Perda por variação de participação societária	18	(36.500)	(900)	-	-
Total do resultado abrangente		<u>376.403</u>	<u>95.066</u>	<u>412.821</u>	<u>96.071</u>
Total do resultado abrangente atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		376.403	95.066	412.903	95.966
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(82)	105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Consolidado								
	Capital Social	(-) Custo na emissão de ações	Agio na emissão de ações	Transação de capital	Stock Options	Outros resultados abrangentes	Resultados acumulados	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	5.404.850	(48.329)	1.819	(93.991)	58.810	5	(6.150.444)	(1.011)	(828.291)
Opção de ações outorgadas reconhecidas no exercício	-	-	-	-	(1.941)	-	-	-	(1.941)
Transações de capital	-	-	-	(900)	-	-	-	900	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	95.966	105	96.071
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>5.404.850</u>	<u>(48.329)</u>	<u>1.819</u>	<u>(94.891)</u>	<u>56.869</u>	<u>5</u>	<u>(6.054.478)</u>	<u>(6)</u>	<u>(734.161)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.404.850	(48.329)	1.819	(94.891)	56.869	5	(6.054.478)	(6)	(734.161)
Transações de capital	-	-	-	(84)	-	-	(152.093)	85	(152.092)
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	-	-	-	412.903	(82)	412.821
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>5.404.850</u>	<u>(48.329)</u>	<u>1.819</u>	<u>(94.975)</u>	<u>56.869</u>	<u>5</u>	<u>(5.793.668)</u>	<u>(3)</u>	<u>(473.432)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo/(lucro) do exercício	412.903	95.966	412.821	96.071
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Opções de ações outorgadas reconhecidas	-	(1.941)	-	(1.941)
Depreciação e amortização	703	1.079	703	1.079
Resultado de equivalência patrimonial	91.019	189.446	-	367
Variação monetária e juros	(20.020)	72.074	(14.711)	119.743
Custo Residual do ativo permanente baixado	2.219	141	21.389	341.152
Ajuste de inventário físico de estoques	-	-	(3)	88
Provisão para não realização de créditos tributários	4.497	-	26.334	(35)
Provisão para perda em estoques	-	-	(2.243)	10.345
Outras provisões (reversões)	(36.415)	6.004	7.878	(6.067)
Provisão para investida com patrimônio líquido negativo	(671.508)	(346.005)	-	-
Provisão de Fornecedores	204.595	-	76.952	(233.394)
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	-	-	(62.429)	(365.916)
Ativo Disponível para Venda	-	-	-	-
Provisão Para Liquidação Duvidosa	-	-	-	(457)
Efeito UPI Mina	-	-	(428.881)	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	4	-	-	438
Estoques	-	-	289	1.505
Adiantamentos diversos	(107)	2.733	(923)	7.907
Depósitos vinculados	-	-	-	2.050
Outros créditos	177	(16)	(37)	(2.135)
Impostos a recuperar	245	(5.415)	(5.192)	2.639
Fornecedores	(2.479)	658	(32.230)	15.927
Impostos e contribuições a recolher	2.179	10.021	9.060	18.593
Obrigações com aquisições de investimentos	(958)	-	(958)	-
Obrigações com terceiros	-	4.969	(27.803)	11.269
Empresas controladas e coligadas	10.665	10.992	-	(323)
Depósito judicial	(287)	35	22.308	(7.809)
Outros ativos	-	-	-	102
Salários e remunerações	1.337	(1.402)	1.316	(4.428)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.231)	39.339	3.640	6.770
Investimentos	-	-	(9.817)	(15)
Imobilizado	-	(9)	(8.603)	(6.305)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(15)	(38.705)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(15)	(38.714)	(18.420)	(6.320)
Empréstimos liquidados	-	(54)	-	(54)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	-	(54)	-	(54)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.249	2.814
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.246)	571	(13.531)	3.210
No início do exercício	1.257	686	1.410	840
Caixa líquido dos ativos mantidos para a venda	-	-	(15.692)	2.640
No fim do exercício	11	1.257	3.571	1.410
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.246)	571	(13.531)	3.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	3.000	491
Outras receitas	49.192	48.353	742.790	108.208
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	933.703	737.955
Provisão/reversão de créditos para liquidação duvidosa	-	-	-	457
	<u>49.192</u>	<u>48.353</u>	<u>1.679.493</u>	<u>847.111</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(10.237)	(859)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(216.080)	(9.677)	(255.604)	(231.384)
Custo residual do ativo baixado	(2.217)	-	(959.056)	(372.038)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	-
	<u>(218.297)</u>	<u>(9.677)</u>	<u>(1.224.897)</u>	<u>(604.281)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(169.105)</u>	<u>38.676</u>	<u>454.596</u>	<u>242.830</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(703)	(1.078)	(703)	(1.078)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>(169.808)</u>	<u>37.598</u>	<u>453.893</u>	<u>241.752</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(91.019)	(189.446)	-	(367)
Provisão para investida com patrimônio líquido negativo	671.508	346.005	-	-
Receitas financeiras	9.790	8.665	55.138	34.815
	<u>590.279</u>	<u>165.224</u>	<u>55.138</u>	<u>34.448</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>420.471</u>	<u>202.822</u>	<u>509.031</u>	<u>276.200</u>
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	8.296	12.919	10.956	19.130
Benefícios	351	331	693	830
FGTS	293	1.552	827	2.504
	<u>8.940</u>	<u>14.802</u>	<u>12.476</u>	<u>22.464</u>
Tributos				
Federais	8.235	8.836	30.717	17.240
Estaduais	-	-	1.357	(1.621)
Municipais	-	-	31	17
	<u>8.235</u>	<u>8.836</u>	<u>32.105</u>	<u>15.636</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variação cambial	(9.644)	83.164	51.473	141.642
Aluguéis	37	54	156	387
	<u>(9.607)</u>	<u>83.218</u>	<u>51.629</u>	<u>142.029</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucro do período	412.903	95.966	412.903	95.966
Participação dos acionistas não-controladores nos lucros retidos	-	-	(82)	105
	<u>412.903</u>	<u>95.966</u>	<u>412.821</u>	<u>96.071</u>
	<u><u>420.471</u></u>	<u><u>202.822</u></u>	<u><u>509.031</u></u>	<u><u>276.200</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX” ou “Companhia” ou em conjunto com as subsidiárias “Grupo MMX”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação societária em outras sociedades, a extração, o beneficiamento, a pesquisa e desenvolvimento mineral, e a venda de minério de ferro, além da participação na operação de logística e portuária da coligada no Porto Sudeste do Brasil S.A.

Processo de recuperação judicial da controlada MMX Sudeste Mineração S.A.
- Em Recuperação Judicial

Durante o segundo e terceiro trimestre de 2014, a Companhia enfrentou um agravamento da sua situação financeira. Assim, no dia 16 de outubro de 2014, sua subsidiária MMX Sudeste Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial (“MMX Sudeste”) - ajuizou pedido de Recuperação Judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.105/2005 na Comarca de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais. Em 22 de outubro de 2014, o processamento da Recuperação Judicial foi deferido, conforme decisão do juiz da 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais.

No dia 19 de dezembro de 2014, a MMX Sudeste apresentou à 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte o seu plano de recuperação judicial contendo discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos da Companhia. Posteriormente, em 23 de março de 2015, o juiz prorrogou por 90 (noventa) dias os prazos para aprovação do plano de recuperação judicial e de suspensão das ações e execuções contra a MMX Sudeste e, em 17 de julho de 2015, a MMX apresentou à mesma Vara Empresarial a versão final deste plano.

Em 28 de agosto de 2015, o Plano de Recuperação Judicial da MMX Sudeste foi aprovado em Assembléia Geral de Credores. Em 23 de setembro de 2015, esse plano foi homologado pelo Juíz da 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Em resumo, o plano consiste na venda dos ativos da MMX Sudeste, segregados em 3 (três) grupos: (i) UPI Fazendas, (ii) UPI Terminais e (iii) UPI Mina.

Em 28 de outubro de 2016 foi concluída a alienação de determinados ativos reunidos em uma UPI - Unidade Produtiva Isolada, nos termos da Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/05). Referida Unidade Produtiva Isolada - UPI Mina, composta pelas minas de Ipê e Tico-Tico e respectivas unidades de processamento e barragens, além dos demais ativos, contratos e licenças a elas relacionados, foi alienado para o grupo investidor formado por EAV Lux 2 S.A.R.L., sociedade do grupo Mubadala ("Mubadala") e Trafigura Ventures VIII BV, sociedade do grupo Trafigura ("Trafigura" e, em conjunto com Mubadala, "Investidores").

O preço de compra da UPI Operação Minerária, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, foi de (i) R\$ 70 milhões em moeda corrente nacional, que, após deduções previstas no Plano de Recuperação Judicial, estão sendo revertidos para pagamento dos credores quirografários da MMX Sudeste, (ii) direito a recebimento de royalties correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta da UPI após esta atingir a produção de 6 milhões de toneladas de ferro por ano, até o limite de R\$ 70 milhões, direito este também repassado aos credores quirografários da MMX Sudeste e, por fim, (iii) participação de 49% na UPI Mina (de forma que, após concluída a operação, os Investidores deterão 51% da UPI Mina e os demais 49% serão detidos pelos credores quirografários da MMX Sudeste), observado que o direito de recebimento dos royalties e a participação de 49% na UPI Operação Minerária serão repassados apenas aos credores que expressaram escolheram receber tais direitos, nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

A Companhia, também credora quirografária da MMX Sudeste, tornou-se uma das acionistas da nova empresa ("Newco"), tal como estabelecido no Plano de Recuperação Judicial.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir, são apresentados os principais ativos e passivos envolvidos na referida transação, que afetaram o resultado da Companhia na data de sua conclusão:

ATIVOS	R\$ mil
Contas vinculadas - Receita da venda UPI Mina	70.000
Receita de venda UPI Mina - Participação societária	67.255
Receita venda UPI Mina - Royalties a receber	70.000
Adiantamentos diversos	(689)
Tributos a recuperar	(213)
Estoques 1	(16.046)
Estoques 2	(10.247)
Imobilizado líquido	(302.025)
Redução ao valor recuperável (Impairment) imobilizado	302.025
Ágio na aquisição de controladas	(508.354)
Direito de retirada de estoque	(61.305)
Direitos minerários e concessões	(22.111)
Custo para retirada de ativos	(29.923)
Redução ao valor recuperável (Impairment)	621.692
TOTAL DE ATIVOS	180.060
PASSIVOS	
Fornecedores e contas a pagar	(398.834)
Obrigações tributárias	278
Obrigações partes relacionadas	(11.838)
Obrigações ligadas a retirada de ativos e reflorestamento	(45.681)
TOTAL DE PASSIVOS	(456.075)
RESULTADO DA TRANSAÇÃO	636.135

A seguir, demonstração de resultado da transação:

RECEITA VENDA UPI MINA	R\$ mil
Receita venda UPI Mina	67.000
Complemento Receita vendas	3.000
Receita Participação Societária	67.255
Receita Royalties a receber	70.000
TOTAL RECEITA UPI MINA	207.255
Deduções receita	(278)
Custo produto e serviços	10.247
Receita na venda de ativos	427.819
Provisão perda estimada estoque	13.029
Custo residual ativo baixado	(945.655)
Impairment	923.717
LUCRO DA TRANSAÇÃO	636.135

Como a companhia já havia efetuado impairment da maioria dos seus ativos envolvidos na transação, e, portanto, as baixas destes tiveram efeito zero no resultado, o total contábil da operação foi positivo em R\$ 636 milhões. Caso contrário o resultado da transação seria negativo em R\$ 277 milhões. O detalhamento de cada conta consta nas suas respectivas notas explicativas.

A alienação da UPI Mina é a concretização do marco mais importante do Plano de Recuperação Judicial da MMX Sudeste. A MMX Sudeste, já havia quitado grande parte dos créditos detidos (i) pelos credores trabalhistas (Classe I), (ii) a totalidade dos créditos detidos pelos credores microempresas e empresas de pequeno porte (Classe IV), (iii) bem como pelos credores quirografários (Classe III) com créditos inferiores a R\$ 40 mil e que expressamente escolheram receber seus créditos de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial. Assim, com a alienação da UPI Mina, a MMX Sudeste terá efetuado a alienação dos ativos que tinham o maior potencial de geração de valor aos credores quirografários (com base nos valores mínimos de venda das UPIs previstas no Plano de Recuperação Judicial).

Pedido de recuperação judicial da controlada MMX Mineração e Metálicos S.A.- Em Recuperação Judicial e sua subsidiária MMX Corumbá Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial

Em 25 de novembro de 2016 a Companhia e sua sociedade Controlada MMX Corumbá Mineração S.A. ("MMX Corumbá") realizaram suas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, nas quais os acionistas ratificaram a decisão de ajuizar Pedido de Recuperação Judicial, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05, perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. O Pedido foi deferido pelo Exmo Sr. Dr. Paulo Assed Estefan, que é o juiz titular da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 2016.

O plano de recuperação judicial foi apresentado em 23 de março de 2017 e a expectativa é de que a Assembleia Geral de Credores ocorra antes do fim de junho de 2017.

A Continuidade da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou prejuízo acumulado, individual e consolidado, de R\$ 5.793.668, o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante individual e consolidado em R\$590.380 mil e R\$ 458.820 mil, respectivamente, e apresentou patrimônio líquido negativo, individual e consolidado, de R\$ 473.429 mil e R\$ 473.432 mil, respectivamente. Para reverter esta situação, a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas, conforme divulgado acima, depende do sucesso da conclusão dos seus respectivos planos de recuperação judicial, além da necessidade do aporte de recursos de novos investidores para continuar os projetos que permanecerão no portfólio das subsidiárias.

O Plano de Reestruturação iniciado em 2014 e que acabou culminando nos dois processos de recuperação judicial supracitados, vem sendo enfrentados pela cia com muito trabalho e dedicação de sua equipe. Constante redução de custos e busca por alternativas de receitas vem sendo uma tarefa diária de toda equipe. Esta reestruturação tem como objetivo último a preservação da atividade desenvolvida pela cia, ou seja, a mineração. Busca-se, portanto, redimensionar a cia para que esta possa prosseguir como unidade econômica e, por conseguinte, possa voltar a gerar mais empregos, impostos e tributos. Isto é, objetiva-se que, após a devida reorganização financeira e societária, a cia possa retornar como uma empresa sólida, ainda que de porte inferior ao seu projeto inicial. Para tanto, faz-se necessário que retenha determinados bens e ativos essenciais à viabilização de uma estrutura, ainda que mínima, para o desenvolvimento de sua atividade econômica. Nesse contexto, a cia pretende manter os seguintes ativos a permitir a sua alavancagem: (i) Participação Societária na MMX Sudeste, notadamente o projeto greenfield de Bom Sucesso; (ii) Participação Indireta na Mineração Morro do Ipê S.A. (Serra Azul); e (iii) Direitos Minerários da MMX Corumbá Mineração.

Licenças

A política ambiental da Companhia e suas controladas tem como pré-requisito a obtenção de todas as licenças exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui, através de suas controladas diretas e indiretas, as seguintes licenças:

Empresa	Nº	Tipo	Data de emissão	Vigência
MMX Corumbá	LO 002/91	Licença de operação	05/10/2012	4 anos
MMX Corumbá	(a) LO 387/06	Licença de operação	28/09/2006	4 anos
MMX Corumbá	(a) LO 075/07	Licença de operação	26/04/2007	4 anos
MMX Corumbá	(a) LO 135/07	Licença de operação	26/04/2007	4 anos
MMX Corumbá	(a) LO 136/07	Licença de operação	26/04/2007	4 anos
MMX Corumbá	(a) LO 437/08	Licença de operação	09/12/2008	4 anos
MMX Corumbá	(a) LO 438/08	Licença de operação	09/12/2008	4 anos
MMX Corumbá	LO 013/10	Licença de operação	31/08/2012	4 anos
MMX Corumbá	LO 252/12	Licença de operação	13/11/2012	4 anos
MMX Sudeste	(c) LI 073/12	Licença de instalação	07/05/2012	4 anos
MMX Sudeste	LI/LP 124/12	Licença prévia e de instalação	09/07/2012	4 anos
MMX Sudeste	(b) (c) LP 215/11	Licença prévia	29/08/2011	4 anos
MMX Sudeste	(b) (c) LO 773/04	Licença de operação	09/12/2004	8 anos
MMX Sudeste	(b) (c) LO 295/10	Licença de operação	29/11/2010	4 anos
MMX Sudeste	(b) (c) LO 314/07	Licença de operação	25/10/2007	4 anos
MMX Sudeste	(b) (c) LO 183/08	Licença de operação	20/10/2008	4 anos
MMX Sudeste	(b) (c) LO 226/08	Licença de operação	09/12/2008	4 anos
MMX Sudeste	(b) (c) LO 069/09	Licença de operação	22/04/2009	4 anos
MMX Sudeste	(c) LO 046/10	Licença de operação	29/03/2010	6 anos
MMX Sudeste	(b) (c) LO 214/09	Licença de operação	21/09/2009	6 anos
MMX Sudeste	(b) (c) LO 185/08	Licença de operação	20/10/2008	4 anos
MMX Sudeste	LP/LI 205/12	Licença de operação	24/09/2012	4 anos
MMX Sudeste	(c) LI/ LP 92/13	Licença de instalação	25/06/2013	4 anos
MMX Sudeste	LP 091/13	Licença prévia	25/06/2013	4 anos
MMX Sudeste	(c) LOC 86/13	Licença de operação	25/06/2013	6 anos
MMX Sudeste	(c) LPI/LI 157/13	Licença ambiental	29/10/2013	4 anos

- (a) A Companhia emitiu requerimento de renovação junto ao Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul ("IMASUL").
- (b) A Companhia emitiu requerimento de renovação junto à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Sul de Minas ("SUPRAM").
- (c) A companhia emitiu requerimento de transferência para a UPI Minerária (Mineração Morro do Ipê junto à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Sul de Minas ("SUPRAM").

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

- a) Declaração de conformidade com as normas internacionais e brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as normas brasileiras e internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Em 24 de março de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação dessas demonstrações.

- b) Base de preparação e mensuração

Em outubro de 2016, com a conclusão da venda da UPI Minerária, os ativos referentes à MMX Sudeste Mineração - Em Recuperação Judicial, deixaram de ser classificados como ativos não circulantes mantidos para a venda.

Em conexão com o plano de venda do controle dos projetos de mineração da Companhia, os ativos relacionados à MMX Corumbá Mineração continuam classificados como "ativos não circulantes mantidos para venda", classificados no ativo circulante para fins de demonstrações financeiras consolidadas e os investimentos nas empresas em que esses ativos estão registrados foram mantidos como ativo não circulante nas demonstrações contábeis da controladora. Apesar de estes ativos estarem disponíveis para venda por mais de doze meses, a Administração continua comprometida com o plano de venda dos ativos, tendo assinado a transação de arrendamento da MMX Corumbá Mineração S.A. contemplando documentos para aquisição futura desta empresa. Adicionalmente, para fins de apresentação da demonstração dos resultados, para prover uma apresentação que beneficie o entendimento a Companhia optou por não apresentar o resultado desses projetos em uma única linha na demonstração dos resultados, mas sim linha a linha.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia.

O uso desses fatores é condição imprescindível e inerente à preparação das demonstrações financeiras. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, notadamente a venda dos projetos da Companhia e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação e classificação dos ativos não circulantes mantidos para venda que, por força normativa, foram classificados como ativo circulante, não significando necessariamente que tais ativos serão efetivamente vendidos em até um ano nem tampouco que serão alienados pelos valores consignados nas demonstrações financeiras.

Além da estimativa extremamente relevante acima comentada, outras estimativas relevantes são a seleção de vida útil do ativo imobilizado, a avaliação do valor recuperável de ativos, a avaliação de recuperação dos créditos fiscais e os instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

d) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis das seguintes investidas (exceto as coligadas, que não são consolidadas):

	Participação - %				Localização da sede	Atividade principal
	Capital social		Capital votante			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
Controladas diretas						
MMX Corumbá Mineração S.A. ("MMX Corumbá") (i)	95,03%	94,81%	95,03%	94,81%	Brasil	Minério de ferro
MMX Sudeste Mineração S.A. - Em recuperação judicial ("MMX Sudeste")	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	Brasil	Minério de ferro
MMX Corumbá Indústria e Comercio de Minérios Ltda. ("MMX Metálicos")	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	Brasil	Minério de ferro
MMX Áustria GMBH ("MMX Áustria")	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	Áustria	Exportação
Porto Sudeste Participações S.A.	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	Brasil	Operação portuária
Controladas indiretas						
MMX Comercializadora de Energia Ltda.	99,90%	99,90%	99,90%	99,90%	Brasil	Comércio energia
Coligadas Indiretas						
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda. ("Terminal Sarzedo")	22,22%	22,22%	22,22%	22,22%	Brasil	Logística
Terminal de Cargas Paraopeba Ltda. ("TCP")	22,22%	22,22%	22,22%	22,22%	Brasil	Logística
Porto Sudeste do Brasil S.A ("Porto Sudeste")	4,76%	4,76%	4,76%	4,76%	Brasil	Operação portuária
Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A.	7,1%		7,1%		Brasil	Empreendimentos

(i) Refere-se a aumento de capital por parte da MMX Mineração e Metálicos S.A. não realizado pelos acionistas minoritários;

(ii) Refere-se a empresa que terá a participação na Newco, conforme nota 1.

As controladas diretas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. A Porto Sudeste do Brasil S.A. é empresa coligada da Porto Sudeste Participações S.A e o Terminal Sarzedo e o Terminal de Cargas Paraopeba são empresas coligadas da MMX Sudeste. As demonstrações financeiras dessas coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, portanto, não são consolidadas às demonstrações da Companhia.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- (c) A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pelo grupo, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora;
- (d) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- (e) Os saldos das transações intercompanhias são eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas são destacadas no balanço patrimonial; e
- (f) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

Conciliação do patrimônio líquido e prejuízo da controladora e do consolidado

	Patrimônio líquido		Lucro/(Prejuízo) do período	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Controladora	(473.429)	(734.155)	412.903	95.966
Participação de não controladores	(3)	(6)	(82)	105
Consolidado	<u>(473.432)</u>	<u>(734.161)</u>	<u>412.821</u>	<u>96.071</u>

3. Sumário das principais práticas e estimativas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, subsidiárias e coligadas são:

3.1. Operações descontinuadas e ativos mantidos para venda

Os ativos classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda, e essa classificação ocorre apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de classificação.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Derivativos são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros podem incluir instrumentos patrimoniais e títulos de dívida.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Quando o investimento é baixado ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Perdas por redução de valor recuperável de ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão.

Baixa dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso", e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Baixa de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e subsidiárias.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

3.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor realizável líquido, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

3.6. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas e coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Os investimentos nas coligadas se mantêm refletido por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas e coligadas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada ou coligada. O ágio, se houver, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas e coligada, e mudanças diretamente reconhecidas no patrimônio são refletidas, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora.

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em suas investidas. Se aplicável, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece esse montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de controle ou influência significativa sobre controladas e coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

Depreciação

O valor residual, a vida útil estimada e o método de depreciação destes ativos são revisados anualmente no encerramento do exercício e ajustados prospectivamente, quando necessário.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear levando em consideração a vida útil-econômica desses bens, como segue:

	Vida útil
Máquinas e equipamentos	10 anos
Edificações e benfeitorias	25 anos
Instalações	20 anos
Outros componentes	5 anos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram mudanças significativas nas vidas úteis dos ativos da Companhia.

3.8. Intangíveis

Direitos minerários

Avaliados pelo valor de custo de aquisição dos direitos minerários e sujeitos a testes de recuperação. A amortização é calculada pelo período de vida útil estimado das minas com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas e prováveis.

Custo para retirada de ativos e reflorestamento

São representados pelos custos que o Grupo MMX terá para recompor as áreas quando os direitos de exploração terminarem. Os gastos ligados à retirada de ativos são amortizados pela vida útil do ativo de longo prazo com base no método das unidades produzidas.

3.9. Redução ao valor recuperável - impairment

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os recebíveis são avaliados individualmente ou coletivamente quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas na demonstração do resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida em contrapartida ao resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.11. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação dos mesmos.

3.12. Arrendamento mercantil

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

3.13. Obrigações ligadas à retirada de ativos e reflorestamento

Essa provisão tem como objetivo a formação de valores de longo prazo, para o uso financeiro no futuro, no momento de encerramento do ativo, e refere-se, basicamente, ao fechamento de mina, com a finalização das atividades minerárias e desativação dos ativos vinculados à mina. O cálculo dessa provisão inicia-se com a avaliação das condições do ativo no momento da provisão. O passo seguinte consiste na formação dos montantes a serem descontados a valor presente pela taxa de juros antes do imposto de renda que reflita a avaliação das condições de mercado vigentes e dos riscos específicos associados ao ativo a ser desativado. Por fim, o montante a valor presente é registrado contabilmente. A revisão dos cálculos dessa provisão acontece ao final de cada exercício, se um novo ativo existir, ou se a situação no momento indicar uma necessidade de revisão da provisão. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida no item do ativo correspondente. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente, e registrado contra o resultado do exercício, na despesa financeira. O ativo é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal, e registrado contra o resultado do exercício.

3.14. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,65%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - de 7% a 19% (grande parte das vendas de minério de ferro no mercado interno está amparada pelo diferimento do ICMS nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul).

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.15. Provisões (incluindo provisão para litígios e demandas judiciais)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias e ambientais quando a probabilidade de perda destas é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

3.16. Reconhecimento de receita

Receita de venda de minério

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado interno ocorre no momento do carregamento do minério para os clientes, considerando um percentual de perda no processo, e para venda no mercado externo ocorre no momento do carregamento das embarcações para transporte.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.17. Resultado por ação

O lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

3.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos, estimativas e premissas significativas são: valor justo de instrumentos financeiros, reconhecimento e análise de recuperabilidade de créditos fiscais, vida útil do ativo imobilizado e intangível, ativos não circulantes mantidos para venda, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para litígios e demandas judiciais.

3.19. Informações por segmento de negócios

Segmentos operacionais são reportados de forma consistente com a estrutura organizacional e com relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (Chief Operating Decision-Maker - CODM, identificado como o Diretor-Presidente da Companhia), responsável por alocar recursos e avaliar o desempenho da Companhia. Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos serviços, nos segmentos operacionais (i) Sistema Sudeste, (ii) Sistema Corumbá e (iii) Corporativo.

3.20. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A apresentação das demonstrações do valor adicionado é requerida pela Legislação Societária Brasileira para Sociedades por Ações de Capital Aberto e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

3.21. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

A Companhia realizou a análise dos novos pronunciamentos técnicos e interpretações aplicáveis, conforme abaixo:

- a) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- b) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments:

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultado Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao "impairment" de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de "perda esperada" substitui o modelo de "perda incorrida". O novo modelo de "perda esperada" deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de "Custo Amortizado" e "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes".

IFRS 15 Revenues from contracts with customers

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas Companhias o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas Entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	11	1.257	13.503	13.468
Aplicações financeiras	-	-	-	13.565
	<u>11</u>	<u>1.257</u>	<u>13.503</u>	<u>27.033</u>
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	(9.932)	(25.623)
	11	1.257	3.571	1.410

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez imediata e a curto prazo e remuneradas a uma média de 101,69% do CDI.

5. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Minério de Ferro	11.597	63.599
Brita	-	-
Almoxarifado	6.363	16.804
Provisão para perdas e obsolescência	(11.729)	(49.836)
	<u>6.231</u>	<u>30.567</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	(6.200)	(30.535)
	<u>31</u>	<u>32</u>
Circulante	31	32
Não circulante	-	-

Conforme mencionado na nota 1, foram baixados R\$ 26.293 milhões de estoques da MMX Sudeste, ativos estes envolvidos na operação de venda da UPI Operação Minerária.

Movimentação de provisão para perda e obsolescência de estoques:

	Consolidado		
	MMX Corumbá	MMX Sudeste	Total
Saldos Iniciais - 31/12/2015	(36.750)	(13.086)	(49.836)
Reversão provisão para realização	25.021	13.086	38.107
Saldos Finais - 31/12/2016	<u>(11.729)</u>	<u>-</u>	<u>(11.729)</u>

6. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas na realização e assim se apresentam:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	14.489	16.977
Imposto de renda e contribuição social	27.786	28.950	49.703	52.517
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.872	1.398	7.151	5.101
PIS e COFINS	-	72	71.966	69.401
Outros	-	-	-	150
	<u>29.658</u>	<u>30.420</u>	<u>143.309</u>	<u>144.146</u>
Redução ao valor recuperável	-	-	(35.003)	-
Provisão para perdas de realização	(4.497)	-	(48.776)	(57.442)
Transferência de ativos para mantidos pra venda(Nota9)	-	-	(11.909)	(52.383)
	<u>25.161</u>	<u>30.420</u>	<u>47.621</u>	<u>34.321</u>
Circulante	2.988	4.557	16.631	5.218
Não Circulante	22.173	25.863	30.990	29.103
	<u>25.161</u>	<u>30.420</u>	<u>47.621</u>	<u>34.321</u>

A realização dos créditos tributários de curto prazo se dará principalmente com a compensação dos impostos retidos de folha de pagamento, impostos incidentes sobre a prestação de serviços e Impostos sobre Operações Financeiras (IOF). O ativo não circulante é composto, principalmente, por créditos de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte. A Companhia está engajada em trabalhar na realização dos créditos de longo prazo.

7. Ativos não circulantes mantidos para venda

Entre os anos de 2013 e 2014 a Companhia destinou para venda seus projetos de mineração e a participação não controladora no Porto Sudeste S.A. Com a conclusão da venda dos ativos minerários da controlada MMX Sudeste Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial, conforme detalhado na nota 1, esta foi retirada da classificação Ativos não circulantes mantidos para venda.

Não há contrato de caráter irrevogável e irretroatável que garanta que a venda dos projetos de mineração e participação não controladora no Porto Sudeste S.A. serão efetivadas nas datas e pelos valores consignados nas demonstrações financeiras. Esses ativos estão mantidos pelo valor de custo decrescido do impairment já reconhecido.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir são apresentadas as principais rubricas e os montantes mantidos para venda (Consolidado):

	Movimentação do exercício			Por sistema				
	Saldo de 31/12/2015	Movimentação	Saldo de 31/12/2016	Sistema Sudeste	Sistema Corumbá	Investimentos mantidos para venda*	Eliminações	Total
Ativo								
Circulante	83.909	(55.279)	28.630	-	28.630	-	-	28.630
Caixa	25.623	(15.691)	9.932	-	9.932	-	-	9.932
Impostos a recuperar	46.513	(35.300)	11.213	-	11.213	-	-	11.213
Estoques	4.242	1.958	6.200	-	6.200	-	-	6.200
Outros	7.531	(6.246)	1.285	-	1.285	-	-	1.285
Não Circulante	67.211	(66.455)	756	-	21.887	-	(21.131)	756
Impostos a recuperar	5.870	(5.174)	696	-	696	-	-	696
Estoques	26.293	(26.293)	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	30	(30)	-	-	21.131	-	(21.131)	-
Outros	35.018	(34.958)	60	-	60	-	-	60
Investimentos	157.052	(157.052)	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	3.905	44.961	48.866	47.101	1.765	-	-	48.866
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos mantidos para venda	<u>312.077</u>	<u>(233.825)</u>	<u>78.252</u>	<u>47.101</u>	<u>52.282</u>	<u>-</u>	<u>(21.131)</u>	<u>78.252</u>

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Movimentação do exercício			Por sistema				
	Saldo de 31/12/2015	Movimentação	Saldo de 31/12/2016	Sistema Sudeste	Sistema Corumbá	Investimento s mantidos para venda	Eliminações	Total
Passivo								
Circulante	709.815	(705.852)	3.963	-	4.343	-	(380)	3.963
Fornecedores	314.196	(312.835)	1.361	-	1.361	-	-	1.361
Empréstimos	457	(457)	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	4.255	(1.955)	2.300	-	2.300	-	-	2.300
Partes relacionadas	-	-	-	-	380	-	(380)	-
Outros	390.907	(390.605)	302	-	302	-	-	302
Não circulante	103.102	(56.555)	46.547	-	46.547	-	-	46.547
Impostos e contribuições a recolher	15.470	259	15.729	-	15.729	-	-	15.729
Obrigações ligadas a retiradas de ativos e reflorestamento	68.288	(40.343)	27.945	-	27.945	-	-	27.945
Provisão para contingências	19.344	(16.471)	2.873	-	2.873	-	-	2.873
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos relacionados a ativos líquidos mantidos para venda	812.917	(762.407)	50.510	-	50.890	-	(380)	50.510
	(500.840)	528.582	27.742	-	47.101	-	(20.751)	27.742

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O resultado do exercício aos ativos e passivos mantidos para venda é apresentado a seguir:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de equivalência patrimonial	(91.019)	(189.446)
Provisão para patrimônio líquido negativo	(677.583)	352.432
Prejuízo do período dos investimentos mantidos para venda	<u>(768.602)</u>	<u>162.986</u>

A reversão da provisão para investida com patrimônio líquido negativo refere-se à participação na controlada MMX Corumbá Mineração S.A. - Em recuperação judicial.

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida operacional	-	(492)
Despesas com vendas (i)	4	53.112
Despesas gerais e administrativas (Nota 19 (ii))	(3.262)	(43.240)
Outras despesas operacionais (iii)	1.781	181.344
Receitas financeiras (Nota 19) (ii)	4.840	19.205
Despesas financeiras (Nota 19) (ii)	(3.892)	(19.928)
Variação cambial (ii)	(309)	(28.871)
Impostos (ii)	(814)	(990)
Prejuízo do período dos investimentos mantidos para venda	<u>(1.652)</u>	<u>160.140</u>

- (i) -As despesas com vendas de 2015 foram impactadas pela reversão no montante R\$ 277.814 referente a provisões efetuadas em anos anteriores, pela MM X Sudeste Mineração e o lançamento de R\$225.000 referente ao acordo com MRS Logística S.A. Para 2016, devido a venda dos ativos da MMX Sudeste (conforme detalhado na nota 1), apenas a MMX Corumbá está classificada nesta rubrica.
- (ii) As variações entre os anos ocorrem porque para 2016, devido à venda dos ativos da MMX Sudeste (conforme detalhado na nota 1), apenas a MMX Corumbá está classificada nesta rubrica.
- (iii) O saldo em 2015 refere-se principalmente a reversões de provisões realizadas neste ano, devido a contratos feitos com os fornecedores referente ao projeto Serra Azul, na MMX Sudeste Mineração. Para 2016, devido a venda dos ativos da MMX Sudeste (conforme detalhado na nota 1), apenas a MMX Corumbá está classificada nesta rubrica.

Os resultados estão detalhados na Nota 19.

Lucro (prejuízo) por ação no exercício referente aos ativos mantidos para venda:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Básico e diluído (em R\$)	(10,18464)	1,00577
	<u>(10,18464)</u>	<u>1,00577</u>

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os fluxos de caixa líquidos incorridos são:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa dos ativos mantidos para venda		
Caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	(3.399)	(32.062)
Caixa líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de investimentos	-	31.887
Caixa líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	-	-
Caixa líquido gerado pelos ativos mantidos para venda		(175)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	1.249	2.814
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	(2.150)	2.639
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	12.082	22.984
No fim do período	9.932	25.623
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(2.150)	2.639

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Investimentos

Movimentação dos investimentos

	31/12/2015	Equivalência patrimonial	Integralização/baixa	Incorporação Porto SA	Adiantamento o para futuro aumento de capital	Distribuição de capital	Ajuste de Participação	31/12/2016
Controladas								
MMX Metálicos	505	(505)	505	-	(490)	-	-	15
MMX Corumbá	3.050	(1.570)	1.700	-	(1.700)	-	(83)	1.397
MMX Sudeste	36.498	(36.500)	36.502	-	(36.500)	-	-	-
Porto Sudeste Participações	157.052	(52.444)	(104.608)	-	-	-	-	-
MMX Austria	104	-	-	-	-	-	(2)	102
Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A	-	-	4.993	-	-	-	-	4.993
Royalties a receber Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A	-	-	4.798	-	-	-	-	4.798
	<u>197.209</u>	<u>(91.019)</u>	<u>(56.110)</u>	<u>-</u>	<u>(38.690)</u>	<u>-</u>	<u>(85)</u>	<u>11.305</u>

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos dos investimentos na controlada Corumbá permaneceram classificados como mantidos para venda.

Conforme explicado na nota 1, a Companhia era credora quirografária da MMX Sudeste, e, com a venda da UPI Operação Minerária, passou a deter cerca de 7,1% da Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação do passivo a descoberto

Em 31 de dezembro de 2016, a MMX Sudeste Mineração S.A. em Recuperação Judicial e a MMX Metálicos apresentaram patrimônio líquido negativo.

	Passivo a descoberto		
	31/12/2015	Movimentação	31/12/2016
Controladas			
MMX Metálicos	(53.194)	(6.075)	(59.269)
MMX Corumbá	-	-	-
MMX Sudeste	(745.166)	677.583	(67.583)
	<u>(798.360)</u>	<u>671.508</u>	<u>(126.852)</u>

Participações societárias

Informações sobre as controladas

	Participação	Quantidade ações/quotas(mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do período
Controladas diretas							
MMX Corumbá	95,03%	710.841	52.282	50.890	1.392	-	(1.652)
MMX Minérios	100,00%	482.155	34.606	93.861	(59.255)	-	(6.580)
MMX Sudeste	99,99%	2.535.412.958	181.521	249.104	(67.583)	2.723	641.083
MMX Austria	100,00%	36.000	155	52	103	-	-
Porto Sudeste							
Participações	99,99%	999	1	-	1	-	(52.444)

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Imobilizado

	Controladora						Total
	Edifícios e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Adiantamentos a fornecedores	Outros	
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2015	2.755	3	497	-	-	2.473	5.728
Adições	-	-	-	-	-	8	8
Baixa	(5)	-	-	-	-	(136)	(141)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação no exercício	(153)	-	-	-	-	(925)	(1.078)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2015	2.597	3	497	-	-	1.420	4.517
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	(1.935)	(3)	-	-	-	(281)	(2.219)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação no exercício	(38)	-	(1)	-	-	(664)	(703)
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2016	624	-	496	-	-	475	1.595

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado

	Edifícios e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Custo								
Saldos em 1º de janeiro de 2015	2.755	3	497	-	-	-	2.473	5.728
Saldos Ativo não circulante mantido para venda	4.244	108.226	59.247	164.403	401.248	1.004.253	17.558	1.759.179
Adições	-	245	24	-	497	5.527	12	6.305
Variação Cambial	-	-	-	-	(27.297)	-	-	(27.297)
Baixas	(4)	(18)	-	-	(337.691)	(3.293)	(146)	(341.152)
Transferências	-	-	-	-	(10.877)	10.877	-	-
Depreciação no exercício	(153)	(1)	-	-	-	-	(925)	(1.079)
Redução ao valor recuperável	(4.244)	(108.452)	(59.271)	(164.403)	(25.880)	(1.017.364)	(17.553)	(1.397.167)
Saldos líquido em 31 de dezembro de 2015	2.598	3	497	-	-	-	1.419	4.517
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(1.936)	(3)	-	(142.967)	(81)	(9.732)	(286)	(155.005)
Variação Cambial	-	-	-	-	(1.845)	-	-	(1.845)
Transferências	-	-	-	-	578	(578)	-	-
Depreciação no exercício	(38)	-	(1)	-	-	-	(664)	(703)
Baixa ativo UPI Minerária	(3.022)	(64.536)	(45.160)	(18.372)	-	(156.259)	(14.676)	(302.025)
Redução ao valor recuperável UPI minerária	3.022	64.536	45.160	18.372	-	156.259	14.676	302.025
Redução ao valor recuperável	-	-	-	142.967	1.348	10.310	6	154.631
Saldos líquido em 31 de Dezembro de 2016	624	-	496	-	-	-	475	1.595

As considerações sobre a redução dos ativos para o seu valor recuperável estão divulgadas na Nota 10.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos

Composição da redução ao valor recuperável:

	31/12/2015	31/12/2016	Total
Imobilizado - Projeto Serra Azul	(933.545)	156.766	(776.779)
Impostos a recuperar - Projeto Serra Azul	(35.003)	-	(35.003)
Imobilizado - Operação Serra Azul (i)	(302.025)	302.025	-
Imobilizado - Corumbá (ii)	4.003	(2.136)	1.867
Ágio na aquisição de controladas (i)	-	508.354	508.354
Direitos Minerários (i)	(21.219)	22.111	892
Direito retirada estoques (i)	(62.677)	61.305	(1.372)
Custo para retirada de ativos e reflorestamento (i)	(22.744)	29.923	7.179
	<u>(1.373.210)</u>	<u>1.078.348</u>	<u>(294.862)</u>

(a) A variação refere-se principalmente às reversões referente à venda da UPI Mina, conforme detalhado na nota 1.

(b) Em 31 de dezembro de 2016, devido ao início do Contrato de Arrendamento de Direitos Minerários e Outras Avenças celebrado com a Vetorial Mineração S.A. de arrendamento da MMX Corumbá Mineração S.A, a administração reverteu R\$ 2.136 de impairment, valor resultante do montante que será recebido durante a duração o contrato, trazido a valor presente.

11. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas firmaram em 26 de março de 2007 um contrato Master de Mútuos Intercompany, entre si e com pessoas ligadas, cujas operações são documentadas na forma de notas de negociação que determinam entre as partes envolvidas o valor, a taxa de juros e o índice de correção, equivalente a 101% do CDI.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a) Saldos com partes relacionadas

	Controladora									
	Ativo					Passivo				
	Outras Contas a receber (ii)		Notas de débito (i)		Mútuos		Notas de débito (i)		Mútuos	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
MMX Sudeste	-	-	26.348	26.596	32.575	51.297	-	-	4.906	4.402
Porto Sudeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MMX Corumbá	-	-	5	176	-	-	-	-	17.626	9.029
MMX Minérios	-	-	-	-	-	-	502	502	28.357	24.922
Outros	60.266	60.349	-	-	-	-	-	-	13.060	11.542
	<u>60.266</u>	<u>60.349</u>	<u>26.353</u>	<u>26.772</u>	<u>32.575</u>	<u>51.297</u>	<u>502</u>	<u>502</u>	<u>63.949</u>	<u>49.895</u>

- (i) Os saldos de rateio de despesas compartilhadas são relativos a serviços compartilhados cobrados através de rateio de despesas da controladora MMX para suas controladas;
- (ii) Em 25 de setembro de 2015, os antigos acionistas da GVA Mineração Ltda. renunciaram ao direito de crédito junto a MMX Sudeste Mineração S.A - em Recuperação Judicial, tendo a holding MMX Mineração S.A. assumido a responsabilidade pelo pagamento da dívida original. Assim, a MMX S.A registrou esse valor a receber da MMX Sudeste Mineração S.A. no ativo, uma vez que a MMX Mineração S.A. tem direito de regresso por conta da assunção dessa dívida.

	Controladora			
	Resultado			
	Notas de débito (i)		Notas de débito (i)	
	31/12/2016	Mútuos	31/12/2015	Mútuos
MMX Sudeste	5.103	6.600	9.049	2.521
Eike Batista	-	1.729	-	(632)
MMX Corumbá	271	1.832	-	(417)
MMX Metálicos Corumbá	84	3.762	635	(1.369)
	<u>5.458</u>	<u>13.923</u>	<u>9.684</u>	<u>103</u>

- (I) Os saldos de rateio de despesas compartilhadas são relativos a serviços compartilhados cobrados através de rateio de despesas da controladora MMX para suas controladas.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado							
	Ativo				Passivo			
	Clientes		Outras contas a receber		Notas de débito		Mútuos	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Porto Sudeste	-	-	-	83	-	-	-	-
Terminal de Cargas Sarzedo	-	-	102	-	-	-	-	-
Eike Fuhrken Batista	-	-	-	-	-	-	13.059	11.543
Transferência de ativos mantidos para venda	-	-	(102)	-	-	-	-	-
	-	-	-	83	-	-	13.059	11.543

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Administradores

Os montantes referentes à remuneração da Administração da Companhia estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração da diretoria (*)	7.671	12.037
Honorários do Conselho de Administração	415	445
Opção de ações outorgadas reconhecidas do plano da Companhia	-	565
	<u>8.086</u>	<u>13.047</u>

12. Empréstimos e financiamentos

	Controladora			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contratados em moeda estrangeira				
Dólares norte-americanos				
Títulos em juros fixos	99.610	-	-	119.384
Encargos incorridos (5,99%a.a.)	28.500	-	-	26.857
	<u>128.110</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>146.241</u>
Contratados em moeda local				
Títulos em Juros Fixos				
Indexados por CDI ou TJLP	3.750	3.750	-	-
Encargos incorridos (3,04%a.a.)	1.215	1079	-	-
	<u>4.965</u>	<u>4.829</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>133.075</u>	<u>4.829</u>	<u>-</u>	<u>146.241</u>
	Consolidado			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contratados em moeda estrangeira				
Dólares norte-americanos				
Títulos em juros fixos	99.610	-	-	119.384
Indexados por Libor	-	-	-	119.384
Encargos incorridos (5,99%a.a.)	28.500	-	-	26.857
	<u>128.110</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>146.241</u>
Contratados em moeda local				
Títulos em juros fixos	-	-	-	-
Indexados por CDI ou TJLP	4.207	4.207	-	-
Encargos incorridos (3,04%a.a.)	1.215	1079	-	-
	<u>5.422</u>	<u>5.286</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>133.532</u>	<u>5.286</u>	<u>-</u>	<u>146.241</u>
Transferência de passivos relacionados a ativos mantidos para venda (Nota 7)	-	(457)	-	-
	<u>133.532</u>	<u>4.829</u>	<u>-</u>	<u>146.241</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Imposto sobre operações financeiras - IOF	681	681	1.880	1.884
PIS, COFINS e CSLL retidos	32	20	719	1.133
Imposto sobre serviços - ISS	7	8	9	45
INSS terceiros	-	-	-	7
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS/ICMS DIFAL	-	-	-	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.010	2.827	6.992	6.110
Contribuição financeira pela exploração de recursos minerários - CFEM	-	-	-	7
Contribuição social - CSLL	520	-	742	268
Imposto de renda - IRPJ	1.439	-	2.031	721
REFIS	-	-	14.051	13.573
Outros	63	37	3.192	3.133
	<u>4.742</u>	<u>3.573</u>	<u>29.616</u>	<u>26.881</u>
Transferência de passivos relacionados a ativos mantidos pra venda (Nota 9)	-	-	(18.029)	(19.725)
	<u>4.742</u>	<u>3.573</u>	<u>11.587</u>	<u>7.156</u>
Circulante	4.752	3.573	11.505	7.074
Não Circulante	-	-	82	82
	<u>4.752</u>	<u>3.573</u>	<u>11.587</u>	<u>7.156</u>

14. Provisão para litígios e demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e ambiental e em processos administrativos decorrentes do curso normal das operações. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas com base na avaliação dos assessores legais.

a) Contingências prováveis

A Companhia e suas controladas constituíram provisão para aquelas contingências que apresentam perdas avaliadas como prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributárias	-	-	35	35
Cíveis	231	231	3.019	3.838
Trabalhistas	141	142	19.703	15.720
Ambientais	-	-	2.358	1.414
	<u>372</u>	<u>373</u>	<u>25.115</u>	<u>21.007</u>
Transferência para passivos relacionados a ativos mantidos para venda	-	-	(2.873)	(19.344)
	<u>372</u>	<u>373</u>	<u>22.242</u>	<u>1.663</u>

As causas tributárias são referentes, principalmente, a autos de infração lavrados no âmbito fiscal sobre o recolhimento de ICMS, IRPJ, PIS, CSLL e COFINS.

As contingências trabalhistas referem-se principalmente às horas "in itinere", adicional de periculosidade e insalubridade, indenização por danos materiais e morais, acidente de trabalho, equiparação salarial e verbas rescisórias.

As contingências de natureza ambiental são relacionadas, principalmente, a ações do Ministério Público referente à cancelamento de licenças ambientais.

As contingências cíveis referem-se à cobrança relativa a contrato de prestação de serviços referentes ao Projeto Serra Azul, sendo representativamente pela Mecma Terraplanagem Ltda. de R\$2.410.

A movimentação da provisão para contingências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi a seguinte:

	Consolidado					31/12/2016
	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência para passivo mantido para venda	Baixa de Investimentos Porto	
MMX	143	112	(113)	-	-	142
MMX Metálicos						
Corumbá	1.290	952	(957)	-	-	1.285
MMX Corumbá	893	4.474	(2.493)	(2.873)	-	1
MMX Sudeste	18.681	13.275	(11.142)	-	-	20.814
	<u>21.007</u>	<u>18.813</u>	<u>(14.705)</u>	<u>(2.873)</u>	<u>-</u>	<u>22.242</u>

b) Contingências possíveis

A Companhia e suas controladas são também objeto de ações trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais, cujas perdas são avaliadas como possíveis, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cíveis	273.154	27.315	521.055	133.337
Tributárias	2.342.834	2.329.336	2.358.483	2.351.179
Trabalhistas	514	287	13.867	20.492
Ambientais	-	-	466.449	44.625
	<u>2.616.502</u>	<u>2.356.938</u>	<u>3.359.854</u>	<u>2.549.633</u>

As causas cíveis estão representadas substancialmente por ações indenizatórias, relacionadas à pesquisa mineral no interior do Estado da Bahia durante a administração da empresa IRX Mineração Ltda., a título de danos materiais, ação de ressarcimento relativa a contrato de prestação de serviços firmado com MMX Sudeste e indenizações contratuais devido ao cancelamento do Projeto Serra Azul.

As causas tributárias referem-se, principalmente, aos autos de infração da Receita Federal do Brasil, referentes à Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, supostamente devidos no ano base de 2007, no valor histórico de R\$ 3.758.038.

As contingências trabalhistas referem-se principalmente às horas "in itinere", adicional de periculosidade e insalubridade, indenização por danos materiais e morais, acidente de trabalho, equiparação salarial e verbas rescisórias.

A maior contingência ambiental refere-se à Ação Civil Pública referente à cancelamento de licenças ambientais devido a danos na área do empreendimento, cujo valor da causa é de R\$ 459.792 milhões.

c) Auto de Infração IRPJ e CSLL

A Companhia é parte de ações na esfera administrativa e judicial, cuja probabilidade avaliada por seus assessores é remota, não cabendo provisão ou divulgação em suas demonstrações financeiras. Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu autos de infração da Receita Federal do Brasil, referentes a Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, supostamente devidos no ano base de 2007, no valor total aproximado a R\$4.345.515.

A decisão de primeira instância administrativa reduziu a autuação para cerca de R\$1.700.000, sendo que tanto a MMX quanto a Receita Federal já interpuseram recursos. Baseada na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, a Administração estima a probabilidade de perda como possível.

A decisão de segunda instância administrativa manteve a decisão de primeira instância, tornando-a definitiva, mantendo a discussão administrativamente no valor de R\$2.308.366, classificada como possível.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de Renda e contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Considerando a existência de histórico de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, bem como baseado nas projeções de eventuais resultados tributáveis futuros, a Administração da Companhia, ciente de um cenário de incertezas relacionadas à recuperação dos créditos fiscais de imposto de renda e da contribuição social, optou por não reconhecer o ativo de imposto de renda diferido. Em 31 de dezembro de 2016, os créditos tributários não reconhecidos pela Companhia totalizavam R\$1.425.029.

Os valores passíveis de compensação ou redução da base tributável de imposto de renda e da contribuição social são os seguintes:

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos não reconhecidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais	76.092	70.855	661.062	472.232
Base negativa de contribuição social	27.393	25.508	237.982	170.004
Ajuste Lei nº 11.638/07 - Ajuste a valor presente (AVP)	(3)	(3)	(207.346)	4.030
Variação cambial	(3.503)	7.418	(3.503)	7.418
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	534.225	549.942
Provisão para contingências	126	198	10.324	(1.142)
Provisão para liquidação de hedge	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	(119.491)	(272.021)	(119.491)	(272.021)
Provisão para não realização de impostos	-	-	11.260	5.567
Provisão para perda de estoque	-	-	3.545	20.240
Provisão para fornecedores	-	-	77.927	233.454
Perda na Integralização de participação societária	60.227	60.227	60.227	60.227
Outros ajustes	146.092	118.669	158.817	81.332
	<u>186.933</u>	<u>10.851</u>	<u>1.425.029</u>	<u>1.331.283</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos decorrem dos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias que a Companhia e suas controladas não esperam realizar integralmente.

16. Títulos de remuneração variável

Em abril de 2015, foi realizada a permuta de títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX Mineração e Metálicos S.A. por quotas classe b de emissão do Porto Sudeste Royalties Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 20.082.573/0001-19 ("FIP-IE") de titularidade da MMX.

Conduzida via oferta secundária, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, onde a MMX ofertou até 354.585.423 (trezentas e sete milhões, novecentas e dezoito mil, setecentas e cinquenta e seis) quotas classe b de emissão do FIP-IE, as quais deveriam ser necessariamente permutadas por Títulos MMXM11. Foi registrada a permuta dessa quantidade de quotas B, pela mesma quantidade de Títulos MMXM11 detidos pelo Banco Itaú BBA S.A. - Nassau Branch e Banco Bradesco S.A. Assim, os saldos que ficaram remanescentes de 9.519.226 (nove milhões, quinhentos e dezenove mil e duzentos e vinte e seis) Títulos MMXM11 foram registrados no balanço em 31 de dezembro de 2016 por R\$21.687, representando 0,97% do total dos títulos M11, alocados no ativo não circulante da Companhia, com os respectivos títulos Port11 como espelho registrados no passivo não circulante.

17. Obrigações ligadas à retirada de ativos e reflorestamento

A Companhia e suas controladas têm obrigações ligadas à retirada de ativos e de reflorestamento originados de exigências regulatórias quando do término dos respectivos direitos de exploração. Tais gastos são capitalizados e depreciados sobre a vida útil do ativo de longo prazo com base no método das unidades produzidas.

Os valores estimados para a situação de descontinuidade atual, de acordo com a previsão de vida útil restante dos empreendimentos, foram revisados considerando a expectativa de inflação de longo prazo (6,0% a.a.), ajustados por prêmio de risco de mercado (5,0% a.a.) e, posteriormente, descontados pela taxa de desconto livre de risco ajustada de 9,61% a.a.

As variações nas obrigações ligadas a retirada de ativos estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Passivo incorrido	68.288	62.483
Revisão de Estimativa	-	-
Aumento de despesa	5.338	5.805
Baixa UPI Mina (i)	(45.681)	-
Transferência de passivos relacionados ativos mantidos para venda	(27.945)	(68.288)
Saldo ao final do exercício	-	-

(i) Conforme demonstrado na nota explicativa 1, foram baixados R\$ 45.681 milhões na MMX Sudeste Mineração correspondente à venda da UPI Mina.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia é representado por ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Conforme detalhado na nota 1, em 29 de abril de 2016 a Companhia aprovou o grupamento das ações representativas do capital social, à razão de 25 ações para 1 ação

	Ações ordinárias	
	Qde. (mil)	R\$
Em 31 de dezembro de 2016	6.488	5.404.850
Em 31 de dezembro de 2015	162.205	5.404.850

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 assim se apresenta:

Acionistas	Qde.(mil)	R\$	%
Centennial Asset Mining Fund LLC	2.121	1.766.644	32,69%
Eike Fuhrken Batista(*)	1.229	1.023.957	18,95%
Wisco Brasil Investimentos em Metalurgia Ltda.	679	565.246	10,46%
FIM Mercatto Botafogo	179	149.415	2,76%
Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC	191	159.023	2,94%
Outros	2.089	1.740.566	32,20%
Total	6.488	5.404.850	100,00%

(*) Controlados por Eike Fuhrken Batista.

b) Custo na emissão de ações

Representado pelos custos de transação das operações de subscrição de novas ações da Companhia pela Wisco Brasil Investimentos em Metalurgia Ltda. e pela SK Networks Co. Ltd. no montante de R\$48.329 (R\$48.329 em 31 de dezembro de 2015).

c) Reserva de capital

A reserva de capital de R\$58.688 é representada pelo: (i) registro contábil do plano de opção de compra de ações no montante de R\$56.869 e (ii) ágio na emissão de ações da Companhia, no valor de R\$1.819, aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de maio de 2010.

d) Lucros (prejuízos) básicos e diluídos por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir, quando aplicável a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas	412.903	95.966
Número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações ordinárias	6.488	162.205
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	63,64103	0,59163

19. Receita operacional, custos e despesas por natureza, resultado financeiro e outras receitas (despesas) operacionais

Receita bruta x Líquida

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta	3.000	491
(-) Deduções sobre vendas		
Pis e cofins	(277)	(42)
ICMS	-	(82)
Receita líquida	2.723	367

Custo dos produtos vendidos

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	-	(308)
Serviços	-	(78)
Ajuste de Inventário (*)	3	(88)
Alugueis	-	(23)
Combustível e Energia	-	(318)
Custo venda minério UPI Mina	(10.247)	(16)
Outros Custos	-	(44)
	(10.244)	(859)

Despesas com vendas e distribuição

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Fretes, Portuárias e Estivas	-	52.654
Penalidades	4	-
Outras	-	458
	4	53.112

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Despesas administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários e encargos	(10.695)	(17.393)	(14.793)	(25.958)
Serviços de terceiros	1.680	(655)	(11.162)	(33.199)
Aluguéis e arrendamentos	(55)	(67)	(230)	(522)
Depreciação e amortização	(703)	(1.079)	(703)	(1.079)
Impostos e taxas	(104)	(5.707)	(4.363)	(13.404)
Provisão para não realização de créditos tributários	(4.497)	-	(26.335)	5.862
Multas e penalidades	(4)	(618)	(169)	(15.659)
Provisão para litígios e demandas judiciais	1	3.700	(4.108)	19.389
Despesas diversas	(2.134)	(1.987)	(2.961)	(3.159)
	<u>(16.511)</u>	<u>(23.806)</u>	<u>(64.824)</u>	<u>(67.729)</u>

Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
MRS Garantia dívida MMX Sudeste Mineração (i)	(203.382)	-	(203.382)	-
Receita UPI Mina (ii)	-	-	204.255	-
Baixa estoques UPI Mina (ii)	-	-	(16.046)	-
Baixa imobilizado UPI Mina (ii)	-	-	(302.025)	-
Redução ao valor recuperável Imobilizado UPI Mina (ii)	-	-	302.025	-
Baixa ágio UPI Mina (ii)	-	-	(508.354)	-
Baixa direito retirada estoque UPI Mina (ii)	-	-	(61.305)	-
Baixa direitos minerários UPI Mina (ii)	-	-	(22.111)	-
Baixa custo para retirada de ativos UPI Mina (ii)	-	-	(29.923)	-
Reversão valor recuperável intangível UPI Mina (ii)	-	-	621.692	-
Baixa fornecedores UPI Mina (ii)	-	-	398.834	-
Baixa Obrigações ligadas a retiradas ativos UPI Mina (ii)	-	-	45.681	-
Ajustes provisões fornecedores	-	-	29.430	(146.670)
Perdão dívida UPI Mina (iii)	(11.807)	-	-	-
Redução ao valor recuperável - outras	-	-	154.630	365.916
Redução ao valor recuperável Ativo Mantido para Venda Equivalência Patrimonial e perda investimentos (iv)	47.486	-	(4.958)	-
Perda venda outros ativos	-	-	(11.103)	-
TAC (v)	-	-	(12.958)	-
Outros	(847)	35.771	(8.015)	(1.833)
	<u>(168.550)</u>	<u>35.771</u>	<u>484.165</u>	<u>217.413</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Após a venda e distribuição dos valores da venda da UPI Mina, a Companhia, por força contratual e como garantidora, assumiu os valores restantes referente à dívida da MMX Sudeste Mineração com a MRS Logística S.A.
- (ii) Valores referentes à venda da UPI Mina. Detalhes na nota 1.
- (iii) Conforme dito na nota 1, a Companhia era credora da MMX Sudeste em R\$ 29.377 milhões. Com a transação de venda da UPI mina e consequente distribuição dos valores de sua venda, ocorreu o perdão de dívida de R\$ 11.807 milhões.
- (iv) O saldo na controladora refere-se à equivalência patrimonial com a Porto Participações S.A..
- (v) Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e a MMX Sudeste Mineração S/A em 14 de outubro de 2016, onde fica estabelecido o pagamento de indenização pelos danos causados às 11 (onze) cavidades naturais subterrâneas relatadas no Auto de Fiscalização nº 48.852/2014, Auto de Fiscalização nº 33.993/2013, Auto de Fiscalização nº 54.573/2016 e Relatório Técnico SUPRAM CM nº 60.2016.

Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras				
Juros	(10.911)	(11.265)	(79.432)	(67.007)
Juros sobre mútuo	(7.978)	(5.962)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	-
IOF	(94)	(91)	(371)	3.111
Corretagens e comissões	(1)	(1.017)	(81)	(1.022)
Perdas com operação de hedge	-	-	-	-
Variação cambial	-	(47.793)	-	(76.664)
Outros	(598)	(17.252)	(619)	(17.375)
	<u>(19.582)</u>	<u>(83.380)</u>	<u>(80.503)</u>	<u>(158.957)</u>
Receitas financeiras				
Variação cambial	29.487	-	21.731	-
Juros	2.214	2.659	59.123	47.822
Juros sobre mútuo	7.250	6.142	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	5	4	1.361	2.084
Ganho em operações de hedge	-	-	0	-
Outros	60	76	2.058	2.234
	<u>39.016</u>	<u>8.881</u>	<u>84.273</u>	<u>52.140</u>
Resultado financeiro líquido	<u>19.434</u>	<u>(74.499)</u>	<u>3.770</u>	<u>(106.817)</u>

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

Controladora						
31/12/2016			31/12/2015			
Ativos financeiros	Recebíveis	Ativos ao valor justo através do resultado	Total	Recebíveis	Ativos ao valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	11	11	-	1.257	1.257
	-	11	11	-	1.257	1.257

Consolidado						
31/12/2016			31/12/2015			
Ativos financeiros	Recebíveis	Ativos ao valor justo através do resultado	Total	Recebíveis	Ativos ao valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.503	13.503	-	27.033	27.033
	-	13.503	13.503	-	27.033	27.033

Os principais passivos financeiros, exceto por instrumentos financeiros derivativos, são classificados e mensurados ao custo amortizado, como se segue:

Passivos financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	133.075	151.070	133.075	151.527
Contas a pagar	240.858	43.319	346.067	752.679
Contas a pagar a partes relacionadas	64.451	50.397	13.059	11.543
Acordo GVA	66.242	61.918	66.242	61.918
Royalties MMX11	21.687	51.715	21.687	51.715
	526.313	358.419	580.130	1.029.382

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte dos ativos e passivos financeiros da Companhia e subsidiárias tem seu valor justo similar ao valor contábil, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber, e dívidas bullet e de curto prazo.

20.1. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

20.2. Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio, às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia.

20.3. Risco de taxa de juros

O saldo remanescente do endividamento da Companhia está 100% atrelado a juros fixos, eliminado o risco da flutuação na taxa de juros.

20.4. Risco de liquidez

Em condições normais, a Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Entretanto, devido às dificuldades financeiras da Companhia, a MMX Mineração S.A, MMX Sudeste Mineração S.A., e MMX Corumbá Mineração S.A ajuizaram pedido de recuperação judicial. Dessa forma, os pagamentos das obrigações da Companhia estão sendo tratados no âmbito da recuperação judicial.

20.5. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a MMX adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência utilizada é o Índice RiskBank.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos riscos de crédito abaixo descritos desconsiderando a reclassificação para o ativo não circulante disponível para venda:

	Conso olidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Posições representativas do risco de crédito	13.503	27.033
Caixa e equivalentes de caixa	13.503	27.033

21. Informações por segmento de negócios

21.1. Descrição dos segmentos

A Companhia é dividida em unidades de negócios com base em produtos e serviços, com dois segmentos sujeitos a divulgações de informações. A Administração da Companhia considera esses dois segmentos separados por região, porém com um único produto que é o minério de ferro (sistemas Corumbá e Sudeste), o qual está sujeito a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais dos segmentos, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos do sistema Corumbá permaneceram destinados à venda, assim como a participação não controladora no Porto Sudeste S.A., mais detalhes vide Nota 7.

Projetos e atividades

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia, através de suas controladas diretas ou indiretas, desenvolve os projetos e atividades resumidos abaixo:

a) Sistema Sudeste

Conforme nota 1, após a conclusão da venda da UPI Mina, o Sistema Sudeste manteve em seu portfólio o ativo mineral denominado Bom Sucesso, projeto green field. Além disto, possui participação em suas coligadas Terminal Sarzedo Ltda. e TCP.

b) Sistema Corumbá

O Sistema Corumbá é composto por complexo de extração de minério de ferro da MMX Corumbá. A MMX Corumbá é detentora de direitos minerários e arrendatária de direitos de lavra no Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Conforme descrito nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2013, foi identificada a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos mantidos no sistema MMX Corumbá no montante de R\$133.748, relativo a obras em andamento, ágio, direitos minerários e custos para recomposição de ativos.

	Consolidado				
	Período findo em 31 de dezembro de 2016				
	Minério de ferro		Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Sistema Sudeste	Sistema Corumbá				
Receita de venda de bens e/ou serviços - MI	2.723	-	-	-	2.723
Receita de venda de bens e/ou serviços - ME	-	-	-	-	-
	2.723	-	-	-	2.723
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.244)	-	-	-	(10.244)
Resultado bruto	(7.521)	-	-	-	(7.521)
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	(45.376)	(3.262)	(16.186)	-	(64.824)
Despesas com opção de ações outorgadas	-	-	-	-	-
Vendas	-	4	-	-	4
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(91.019)	91.019	-
Provisão para patrimônio líquido negativo	-	-	671.508	(671.508)	-
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	703.036	1.781	(220.652)	-	484.165
	657.660	(1.477)	343.651	(580.489)	419.345
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro	650.139	(1.477)	343.651	(580.489)	411.824
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16.321	4.840	35.447	27.665	84.273
Despesas financeiras	(25.377)	(4.201)	(23.260)	(27.665)	(80.503)
	(9.056)	639	12.187	-	3.770
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	641.083	(838)	355.838	(580.489)	415.594
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(814)	(1.959)	-	(2.773)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-	-
Lucro/(prejuízo) do período consolidado	641.083	(1.652)	353.879	(580.489)	412.821
Outras divulgações					
Despesas de depreciação e amortização	-	-	703	-	703

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015				
	Minério de ferro		Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Sistema Sudeste	Sistema Corumbá				
Receita de venda de bens e/ou serviços - MI	331	36	-	-	367
Receita de venda de bens e/ou serviços - ME	-	-	-	-	-
	331	36	-	-	367
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(814)	(45)	-	-	(859)
Resultado bruto	(483)	(9)	-	-	(492)
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	(40.966)	(2.274)	(24.489)	-	(67.729)
Despesas com opção de ações outorgadas	-	-	1.941	-	1.941
Vendas	52.859	253	-	-	53.112
Resultado de equivalência patrimonial	(367)	-	(189.446)	189.446	(367)
Provisão para patrimônio líquido negativo	-	-	346.006	(346.006)	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	179.358	2.353	35.702	-	217.413
	190.884	332	169.714	(156.560)	204.370
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro	190.401	323	169.714	(156.560)	203.878
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	15.973	3.232	12.334	20.601	52.140
Despesas financeiras	(45.275)	(524)	(92.557)	(20.601)	(158.957)
	(29.302)	2.708	(80.223)	-	(106.817)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	161.099	3.031	89.491	(156.560)	97.061
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(990)	-	-	(990)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício consolidado	161.099	2.041	89.491	(156.560)	96.071
Outras divulgações					
Despesas de depreciação e amortização	-	-	1.079	-	1.079

22. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas contratam cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas contratadas englobam riscos como responsabilidade civil, seguro-automóvel, contra incêndio, riscos operacionais, além de uma apólice de seguro de vida em grupo para os nossos colaboradores.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Risco coberto	Importância segurada
Danos materiais	20.000
Responsabilidade civil geral	10.000

A Companhia e suas controladas consideram que as coberturas dessas apólices são consistentes com as utilizadas na indústria de mineração e são contratadas de acordo com os objetivos da Companhia obedecendo às melhores práticas de gestão de risco corporativo. As premissas que fazem parte dos saldos acima não fazem parte do trabalho de auditoria.

Conselho de Administração	Diretoria
Pedro de Moraes Borba - Presidente	Ricardo Furquim Werneck Guimarães - Diretor- Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Júlio Alfredo Klein Junior - Conselheiro	Regina Arrigoni Urzedo Rocha - Diretora
Linhong Zhang - Conselheiro	
Ricardo Furquim Werneck Guimarães - Conselheiro	
Flávia Soeiro - Conselheira Independente	

Marcela Roque Leite
CRC-MG 090.101/07

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, datado em 24 de março de 2017, relativo às Demonstrações Financeiras (Individual e Consolidado) do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

Ricardo Furquim Werneck Guimarães - Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Regina Arrigoni Urzedo Rocha - Diretora

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras (Individual e Consolidado) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

Ricardo Furquim Werneck Guimarães - Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Regina Arrigoni Urzedo Rocha - Diretora